



CAO PESSOA COM DEFICIÊNCIA

EDIÇÃO Nº 08/2023



SUMÁRIO

- 01 ATUAÇÃO DO MPMT
- 02 MINISTÉRIO PÚBLICO
- 03 TRIBUNAIS DE JUSTIÇA
- 04 TRIBUNAIS SUPERIORES
- 05 CONSELHOS NACIONAIS
- 06 NOVIDADES LEGISLATIVAS
- 07 NOTÍCIAS

EQUIPE

Dra. Daniele Crema da Rocha de Souza
Promotora de Justiça Coordenadora do CAO
Pessoa com Deficiência

Dr. Wellington Petrolini Molitor
Promotor de Justiça Coordenador-Adjunto do
CAO Pessoa com Deficiência

Thatyane Domingues Moreira Nunes
Assistente Social

Rita de Cássia Arnaut Amadio
Analista Jurídico

Gabrielly Maria Aleknovic da Cunha
Auxiliar Ministerial

01 ATUAÇÃO DO MPMT

MPMT ARTICULA REGULAMENTAÇÃO DA LEI DO PASSE LIVRE CULTURAL

Em audiência extrajudicial na tarde desta quinta-feira (13), a 34ª Promotoria de Justiça Cível de Tutela Individual e Coletiva da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência iniciou as tratativas para regulamentação da Lei Municipal nº 6.605/2020, que dispõe sobre o passe livre cultural que garante acesso gratuito em eventos socioculturais às pessoas com deficiência em Cuiabá. Conforme o promotor de Justiça Wagner Cezar Fachone, foi instaurado um procedimento administrativo para suscitar a regulamentação em virtude das reclamações recorrentes que aportam na promotoria.

PLANO DE AÇÃO PREVÊ REESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

O Gabinete de Intervenção do Estado na Saúde de Cuiabá apresentou ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso Plano de Ação para a reestruturação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) na Capital. A iniciativa foi tomada após provocação da 7ª Promotoria de Justiça de Cuiabá.

A previsão é de que até dezembro deste ano sejam implantados 11 leitos para retaguarda clínica e psiquiátrica, ofertando internações de curta duração, no prédio onde funcionava o antigo Hospital Pronto Socorro Municipal de Cuiabá. O plano prevê ainda a reforma da sede do CAPS AD Adolescer II para habilitá-lo como CAPS AD III - 24 horas para criança e adolescente.

PCDS E COM DOENÇA GRAVE TÊM CONDIÇÕES ESPECIAIS DE TRABALHO

Trinta integrantes do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, entre membros, servidores e estagiários, estão atualmente em condições especiais de trabalho. Eles foram beneficiados com as regras estabelecidas no Ato Administrativo 1.058/2021, que se destinam às pessoas com deficiência ou doença grave, ou ainda aos pais ou responsáveis por dependentes nessas condições.



02 MINISTÉRIO PÚBLICO

Ministério Público Federal

- Política Antimanicomial do Poder Judiciário: PGR defende debate sobre alterações previstas por norma do CNJ
- MPF obtém decisão no STJ que reconhece direito ao benefício de prestação continuada para pessoa com deficiência mental em grau leve
- MPF recomenda à Infraero que disponibilize equipamento para embarque de passageiros que precisam de assistência especial no aeroporto de Uberlândia (MG)

Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios

- MPDFT requisita à SES cronograma para implantação de residências terapêuticas e Caps

Ministério Público do Bahia

- MPBA aciona Estado da Bahia para garantir profissionais de apoio a alunos com deficiências
- Estado da Bahia terá que fornecer medicamento à base de canabidiol para criança de 5 anos com epilepsia de difícil controle

Ministério Público do Rio de Janeiro

- MPRJ encaminha Recomendações a sete municípios para que seja aperfeiçoado o atendimento a pessoas com autismo

Ministério Público de Pernambuco

- Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho se compromete a convocar profissionais para atender alunos com deficiência
- MPPE recomenda instalação de Centro de Atenção Psicossocial em até 90 dias

Ministério Público do Piauí

- MPPI instaura procedimento preparatório para apurar descumprimento de normas de acessibilidade durante show realizado em Teresina
- MPPI ajuíza ação civil pública contra município de Teresina e FMS para garantir atendimento adequado, medicamentos e reforma nos CAPS



Ministério Público de Santa Catarina

- Idoso e pessoa com deficiência têm direito a passe livre em ônibus interestadual de qualquer categoria

Ministério Público de Paraíba

- TAC define medidas para atendimento de pacientes em crise em saúde mental
- MPPB discute implantação de programa de atenção à pessoa com transtorno mental em conflito com a lei

Ministério Público do Rio Grande do Norte

- após ação do MPRN, Município terá que contratar intérprete de Libras para o Conselho dos Direitos das Pessoas com Deficiência
- MPRN e Defensoria Pública visitam Unimed para averiguar condições de atendimento a pacientes com TEA
- STF nega recurso à Prefeitura e mantém decisão obtida pelo MPRN para Município implantar serviço de saúde

Ministério Público de São Paulo

- Escolas em Dracena ganharão mais segurança e acessibilidade após atuação do MPSP

Ministério Público do Espírito Santo

- MPES - Notificação recomenda redução da jornada de trabalho de servidores públicos com deficiência em Viana

Ministério Público do Paraná

- MPPR expede recomendações aos Municípios de Iporã, Francisco Alves e Cafezal do Sul para a garantia de direitos de pessoas com deficiência e autismo
- Judiciário acata pedidos do MPPR e impõe interdição contra comunidade terapêutica em Londrina investigada por apresentar diversas irregularidades



03 TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

Tribunal de Justiça de Mato Grosso

-  Judiciário inicia ações de inclusão de pessoas com deficiências ocultas no mercado de trabalho
-  Tribunal capacita servidores sobre inclusão de pessoas com deficiência no ambiente de trabalho
-  Tribunal mantém nulo empréstimo feito por mulher com Alzheimer e impõe devolução de valor
-  Visibilidade às deficiências ocultas: lei reconhece o uso da fita de girassóis

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

-  Plano de Saúde é condenado a cobrir tratamento à base de canabidiol
-  TJDFT garante atendimento especial a candidato tetraplégico em concurso público
-  Atleta paraolímpica será indenizada por empresa de transporte aéreo

Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte

-  Servidores participam do workshop “Tirando a Venda da Justiça sobre o Autismo: nem toda deficiência é visível”

Tribunal de Justiça do Amapá

-  Exemplo de inclusão: fotógrafa com Síndrome de Down inspira alunos da Apae Macapá

Tribunal de Justiça de Paraná

-  TJPR: Lei Brasileira de Inclusão completa 8 anos



04 TRIBUNAIS SUPERIORES

STJ

Tribunal concede liminares para permitir cultivo de Cannabis com fim medicinal sem risco de repressão

O vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Og Fernandes, no exercício da presidência, deferiu liminares para assegurar que três pessoas com comprovada necessidade terapêutica possam cultivar plantas de Cannabis sativa sem o risco de qualquer medida repressiva por parte das autoridades.

Nos três recursos em habeas corpus submetidos à presidência do tribunal (um deles em segredo de Justiça), os interessados relataram que possuem problemas de saúde passíveis de tratamento com substâncias extraídas da Cannabis, como dor crônica, quadro de transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH), transtorno depressivo recorrente, fobia social e ansiedade generalizada.

Além de juntar aos processos laudos médicos que comprovam as condições relatadas, eles apresentaram autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para a importação excepcional de produtos medicinais derivados da Cannabis.



05 CONSELHOS NACIONAIS

Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

- **Relação entre pessoas com deficiência e o Judiciário será foco de estudos**
- **CNJ: Justiça Eleitoral na PB entrega Cartilha de Acessibilidade em Braille a conselho municipal**
- **Aplicação da Convenção Americana sobre direitos humanos é pauta do Link CNJ**

Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)

- **Programa Segurança Pública em Foco aborda o tema “Política Antimanicomial”**
- **CNMP institui a Política Nacional de Atenção à Saúde Mental dos Integrantes do Ministério Público**

06 NOVIDADES LEGISLATIVAS

- Lei nº 14.622, de 17 de julho de 2023 - Institui o Dia Nacional da Pessoa com Visão Monocular.
- Lei nº 14.624, de 17 de julho de 2023 Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para instituir o uso do cordão de fita com desenhos de girassóis para a identificação de pessoas com deficiências ocultas.
- Lei nº 14.626, de 19 de julho de 2023 - Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e a Lei nº 10.205, de 21 de março de 2001, para prever atendimento prioritário a pessoas com transtorno do espectro autista ou com mobilidade reduzida e a doadores de sangue e reserva de assento em veículos de empresas públicas de transporte e de concessionárias de transporte coletivo nos dois primeiros casos.
- ALMT aprova projeto que garante acompanhamento de cão guia a autistas
- ALMT: Lei proíbe venda, armazenamento e soltura de fogos de artifício com barulho em MT
- ALMT: Faissal pede que aplicativo sobre horário de ônibus tenha acessibilidade para cegos
- ALMT aprova, em 1ª votação, isenção previdenciária a portadores de doenças incapacitantes
- Projeto cria incentivo tributário para empresas que contratam pessoas com doenças raras
- PCDs poderão ter cursos gratuitos de capacitação para o trabalho
- Projeto prevê preferência em contratos públicos para entidades voltadas a pessoas com deficiência
- Projeto obriga novas concessões de aeroportos a oferecerem sala multissensorial para autistas
- Projeto determina capacitação de professores para lidar com alunos com necessidades especiais
- Projeto permite deduzir do IR gastos com medicamentos para tratar autismo
- Projeto isenta IPI da compra de cadeira de rodas por pessoas com deficiência de mobilidade
- Projeto estabelece que cordão verde com girassóis simbolizará deficiências ocultas
- Proposta permite que contribuinte financie projetos desportivos e paradesportivos
- Projeto permite desconto de gasto com obras de acessibilidade no IRPF
- Proposta penaliza quem impedir transporte de pessoas com deficiência
- Medida provisória amplia prazo para municípios elaborarem Plano de Mobilidade Urbana





07 NOTÍCIAS

DMT - Defensoria aciona Justiça para que Estado e Município forneçam sessões de fonoaudiologia a crianças e adolescentes com autismo em Cláudia

Brasil tem mais de 12 mil violações contra PcDs de até 17 anos

Estatuto da Pessoa com Deficiência completa oito anos de publicação

Inclusão das pessoas com deficiência: um longo caminho a percorrer

Manicômios judiciais extintos? Especialista explica resolução do CNJ

Tema 1.097 do STF: direito do servidor autista à redução da jornada

A pedido da Defensoria Pública, STJ autoriza que paciente plante maconha para uso terapêutico

TRT-8 nega transferência de trabalhador com filho autista

STJ autoriza três pacientes a cultivarem cannabis para fins medicinais

Concessão do BPC independe do grau de incapacidade, decide STJ

Consumidores com autismo e as práticas abusivas dos planos de saúde

TRT-15 manda aeroporto firmar convênio para cumprir vagas PcDs

TAP se nega a embarcar cão de suporte e juíza permite força policial

Anvisa versus cannabis medicinal: pra não dizer que não falei das flores





MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO



CAO - PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Centro de Apoio Operacional

Procuradoria Geral de Justiça

65 3611-0600

www.mpmt.mp.br

Contato:

cao.pessoacomdeficiencia@mpmt.mp.br